

Índice

Análise ao Relatório INE 2004	2
Ponto 2 Economia.	2
Taxa real do crescimento do PIB.....	3
Taxa de Inflação e Níveis de Preços Relativos.....	7
O quebra-cabeças da dívida pública	9
O que significa Pacto de Estabilidade e Crescimento (ou PEC)?.....	13
Taxa de natalidade das empresas.....	15
Comércio Internacional	20
Investimento Directo Estrangeiro – IDE	23

Análise ao Relatório INE 2004

Ponto 2 Economia.

A economia é o estudo de como as pessoas e as sociedades acabam por escolher com ou sem utilização da moeda, aplicação de recursos escassos que podem ter usos alternativos para produzir variados bens para consumo actual ou futuro, entre as várias pessoas ou grupos sociais.

A economia analisa os custos e os benefícios resultantes do aperfeiçoamento dos modelos de repartição de recursos.

A economia analisa as tendências dos preços, da produção, do desemprego e do comércio externo.

A economia é o estado do dinheiro, da banca, do capital e da riqueza.

Taxa real do crescimento do PIB

No período em análise, (1992-2003) do relatório do Instituto Nacional de Estatística **“A ESTRATÉGIA DE LISBOA: PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA” (2004)** podemos concluir que:

Existem duas fases onde a economia portuguesa não se aproxima da comunitária: a que decorre entre 1992 e 1994 e, mais recentemente, entre 2001 e 2003. Qualquer destes períodos se situa nas **fases negativas de ciclos económicos** ou seja acompanha a fase negativa das maiores economias mundiais, quero com isto dizer que também se registaram decréscimos tanto na U E como nos Estados Unidos e Japão sendo que nesta economia as fases negativas são explicadas segundo fonte do FMI (Fundo Monetário Internacional), pela forte quebra das exportações

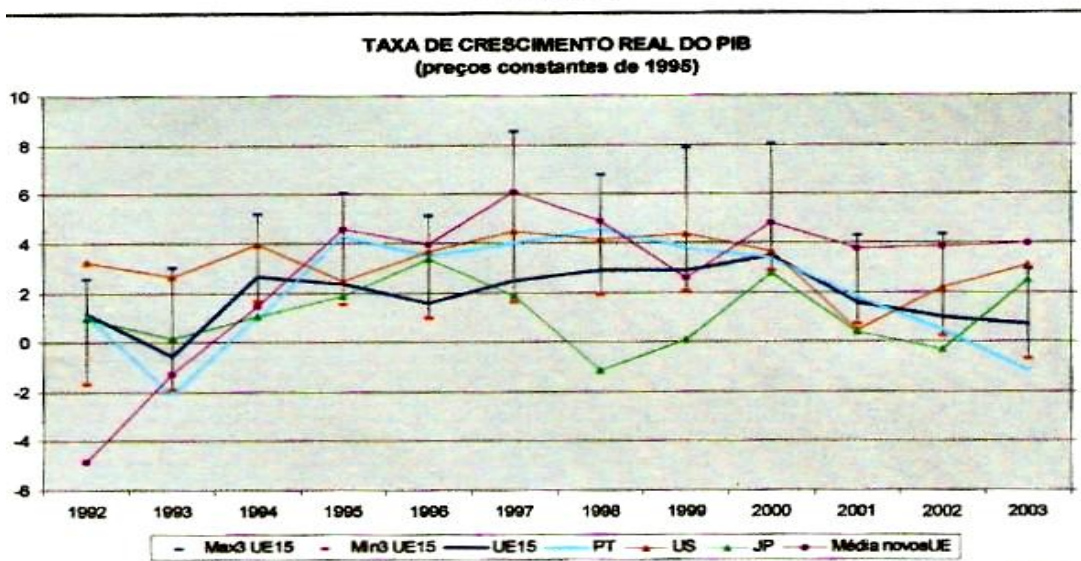
Verifica-se também pela análise o relatório que as economias dos países que recentemente aderiram a U.E á data do relatório (Áustria, Finlândia e Suécia) apresentam um nível de desempenho superior ao de Portugal, à excepção de 1992 e 1999. No mesmo sentido, os crescimentos registados nesses países superam os verificados na U.E. o que lhes permite aproximarem-se do nível de desenvolvimento dos quinze.

Face a outras economias de países desenvolvidos é de realçar que os E U A apresentam ao longo de todo o período, taxas de variação reais superiores, com a excepção de 2001. (Atentados terroristas ao World Trade Center em Nova Iorque)

Na comparação das evoluções da U E e do Japão. O diferencial é alternadamente favorável a cada um destes espaços económicos. O período entre 1997 e 2002 foram o ultimo em que a economia europeia foi mais dinâmica

De referir que o crescimento real da taxa do PIB mostra a variação ocorrida no montante produzido no dado espaço económico neste caso Portugal, comparando a evolução desta variável entre diversos países afere-se a sua convergência sendo que as alterações dos níveis de preços (Inflação) são eliminadas.

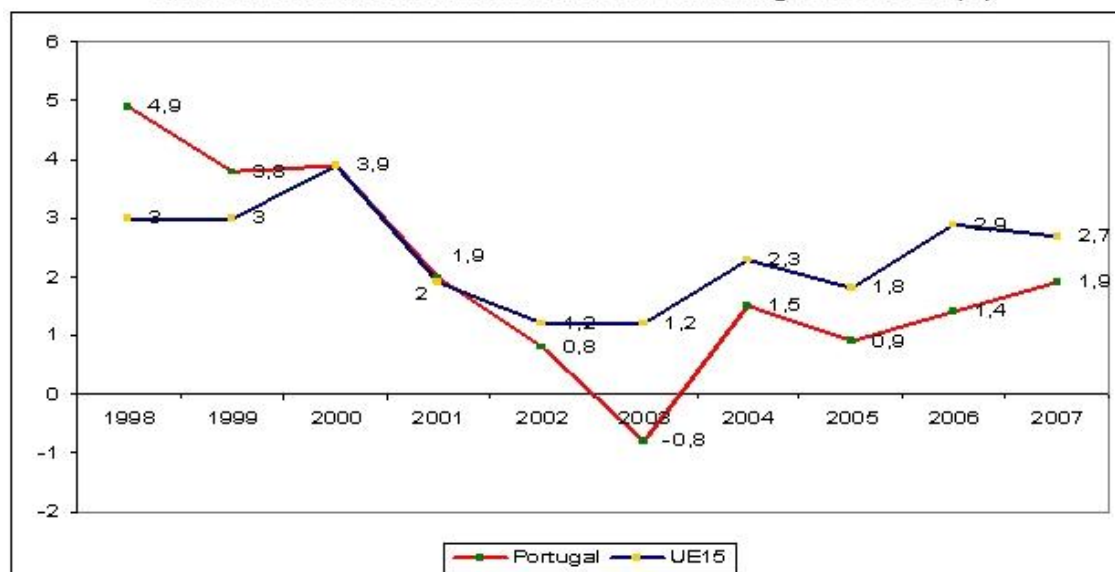
Gráfico 2.1
Relatório do Instituto Nacional de Estatística (2004)



No período em análise no gráfico 2.1 reparamos que a taxa de crescimento real do PIB tendo como base preços de 1995, Portugal não teve um desempenho de crescimento constante. Podemos verificar no gráfico que na área do euro como um todo registou-se uma quase estagnação do crescimento. Portugal teve um período de forte crescimento alimentado pela procura interna, entre 1995 e 2000, segundo fontes do Banco de Portugal, entre 2000 e 2001, a taxa de crescimento média do PIB baixou de 3,7 por cento para 1,6 por cento e, em 2002, estima-se que a taxa referida tenha sido de 0,5 por cento, ficando abaixo da média da área do euro pela primeira vez em quase uma década.

O gráfico mostra na também outra comparação de taxa real de crescimento PIB de outras economias e verificamos que os EUA tem um a taxa de crescimento real superior ao de Portugal e a U E mas ao analisarmos atentamente verificamos as três economias europeias com melhor desempenho durante o período em análise (1995-2003) tem uma taxa de crescimento real do PIB superior ao dos Estados Unidos.

É habitual ouvir-se que Portugal é uma pequena economia aberta, cujo ritmo de crescimento, está muito dependente de circunstâncias exógenas, nomeadamente, da saúde económica dos seus parceiros comerciais da União Europeia, usualmente a Espanha e a Alemanha. O gráfico 2.1 evidencia essa mesma realidade: a taxa real de crescimento do PIB em Portugal tem acompanhado de forma clara o trajeto da média de crescimento do PIB da União Europeia (na sua configuração de 15 Estados-membros) ao longo do período em análise. É, no entanto, de salientar o comportamento um pouco mais extremo da taxa real de crescimento do PIB português nos pontos de pico: nos “anos de convergência” (até 2000) o crescimento era mais elevado que a média europeia, no período de forte abrandamento do crescimento europeu (2001-2003). Desde então, a economia portuguesa tem sentido algumas dificuldades em retomar o ritmo da convergência, ao crescer sempre abaixo da média europeia, com podemos verificar no **Gráfico1** com dados até 2007 fonte do Eurostat.

Gráfico 1. Taxa de crescimento real do PIB em Portugal e na UE-15 (%)

Fonte: Eurostat, Indicadores Estruturais, 2008.



Apresento seguidamente alguns valores relativos à UE 15, EUA, Suíça e Noruega, retirados da base de dados do FMI e que abrangem o período 1980-2006.

No que respeita à evolução do PIB, há a destacar as elevadas taxas de crescimento da Irlanda e do Luxemburgo. Se exceptuarmos a Noruega, por causa do enorme peso do petróleo, e da Finlândia nos restantes países escandinavos tiveram um crescimento modesto.

Modestos foram também os crescimentos da França e da Alemanha. A Alemanha, a partir de 1991, teve sempre taxas de crescimento muito baixas. Isso teve a ver com a reunificação, mas também com o modelo adoptado.

Entre os grandes países, o Reino Unido era o que tinha o PIB mais baixo em 1980, mas ultrapassou-os a todos entretanto. A taxa de crescimento dos USA é claramente superior à média europeia. A Europa continua assim a divergir dos USA. O Japão tem uma prestação média ligeiramente superior à UE. De realçar que os pequenos países (da UE) têm tido melhores resultados que os grandes. A taxa real de crescimento do PIB português não está mal situada.

Crescimento médio 1980-2006 em %	
Ireland	4,96
Luxembourg	4,74
United States	3,06
Norway	2,99
Portugal	2,90
Spain	2,71
Finland	2,62
United Kingdom	2,36
Sweden	2,17
Netherlands	2,16
Austria	2,11
Belgium	2,09
Greece	2,05
France	2,03
Denmark	1,93
Italy	1,81
Germany	1,78
Switzerland	1,62

Fontes:

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/portal/page/portal/eurostat/home>

<http://www.imf.org/>

<http://www.ine.pt/>

<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt/>

2.2

Taxa de Inflação e Níveis de Preços Relativos

O que é a inflação?

Trata-se de um termo utilizado pelos economistas para designar um processo *persistente* e relativamente *generalizado* de aumento dos preços em vigor numa dada economia, observado ao longo de um dado período de tempo. A utilização da expressão *aumento generalizado*, significa que a inflação não incide apenas sobre os preços de *alguns* bens e serviços, mas sim sobre os preços da *grande maioria* dos bens e serviços; não incide apenas sobre os preços pagos pelos consumidores, mas também sobre os preços pagos aos produtores daqueles bens e serviços; finalmente, a inflação não incide apenas sobre os preços de bens e de serviços, mas também sobre outros preços, como por exemplo os salários (preço da mão-de-obra).

A definição acima caracteriza a inflação como um fenómeno de natureza abrangente dos vários tipos de preços. Contudo, na sua utilização corrente (quer por parte dos *especialistas*, quer por parte dos *leigos*), o termo inflação tem geralmente um significado mais restrito, designando tão só a subida dos preços suportados pelos consumidores como contrapartida dos bens e serviços que necessitam de adquirir. Na realidade, a restrição operada face ao conceito apresentado inicialmente não é tão forte como à primeira vista poderia parecer, pois em qualquer economia sucede que os vários preços são interdependentes uns dos outros. Assim, pode admitir-se que a evolução dos preços no consumidor tenha alguma representatividade quanto à evolução dos restantes preços. Porém, nada obriga a que a inflação incida exactamente com a mesma intensidade sobre os vários tipos de preços, sendo até de esperar que, pelo contrário, alguns preços aumentem mais do que outros.

Tabela 1: Preços Europeus de Carros Novos relativamente à média da zona Euro (Índice de Preços de Venda) e % de diferença nos preços e volume de vendas nos últimos 12 meses

Índice de Preços			
Áustria	101	+1.6%	+1.8%
Bélgica	92	+3.3%	-2.5%
República Checa	94	+0.1%	-5.8%
Dinamarca	193	+2.6%	+25.5%
Finlândia	130	+1.5%	-4.1%
França	96	+3.1%	+3.3%
Alemanha	98	+3.6%	+2.9%
Grécia	95	+1.4%	-2.3%
Hungria	95	+2.5%	-3.6%
Irlanda	129	+1.3%	+9.5%
Itália	98	+7.1%	-3.7%
Noruega	163	+3.6%	+13.1%
Polónia	96	+0.0%	-32.0%
Portugal	116	+3.5%	+5.4%
Espanha	95	+2.9%	+4.7%
Suécia	97	+2.7%	+2.6%
Suiça	90	+1.5%	-8.7%
Holanda	116	+2.5%	-2.9%
Reino Unido	101	+3.5%	-4.6%
Média Europeia	100	+4.4%	+0.2%

Fontes:

<http://pt.wikipedia.org/wiki/Infla%C3%A7%C3%A3o>

2.3.1

O quebra-cabeças da dívida pública

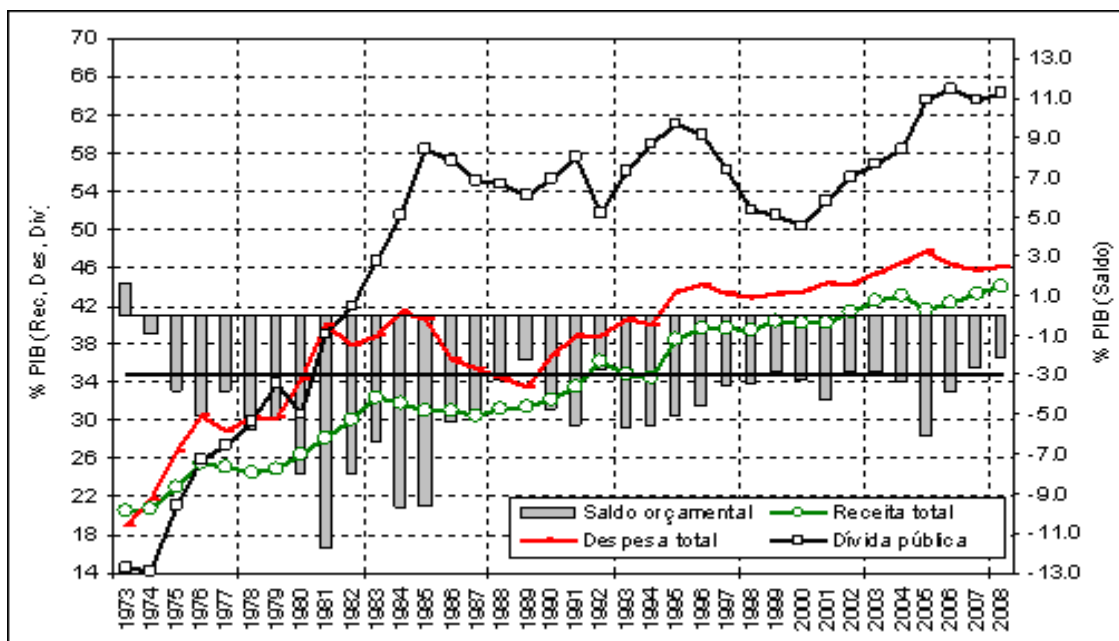


A Comissão Europeia veio ontem dizer que o decréscimo da economia portuguesa este ano (3,7%) deverá ficar entre o valor apontado pelo Banco de Portugal (3,5%) e a estimativa do FMI (4,1%).

Para o próximo ano, Bruxelas estima que o PIB português recue 0,8%. Já o défice deverá crescer 6,5% este ano e 6,7% em 2010, o que será sempre superior ao da média da zona euro. Mas, quando comparado com a média da UE a 27, o défice português será pior em 2009 e melhor em 2010.

As previsões da Comissão reflectem aquilo para que vários economistas vinham a alertar há algum tempo. Silva Lopes, por exemplo, dizia que o défice deveria ser superior a 6%. Para isso muito contribuem a queda das exportações e do consumo privado, bem como a redução significativa do investimento privado. Ainda assim, Portugal não andará muito longe da média europeia.

Deste modo, dado que a derrapagem no crescimento é comum à maior parte dos países da União Europeia - segundo Bruxelas, só Chipre crescerá 0,3% este ano -, as preocupações com a economia portuguesa começam a colocar-se com mais acuidade em 2010, quando Portugal deverá ser um dos 12 países com crescimento negativo previsto no universo dos 27 e quando a economia portuguesa voltará a divergir da média da UE e da zona euro. Entre os parceiros da zona zero, em 2010, só a Irlanda (-2,6%) e Espanha (-1%) deverão ver a economia contrair mais do que Portugal. Curiosamente, se as previsões da Comissão se verificarem, o nosso país até irá convergir este ano, uma vez que a economia contrairá menos que a média da UE e da zona euro.



Mas o que é verdadeiramente preocupante é a dimensão prevista para a dívida pública portuguesa em 2009 (75,4% do PIB) e, sobretudo, em 2010 (81,5% do PIB). Essa dimensão poderá ser ainda superior se existirem novas operações para apoiar a actividade das empresas e em particular o sector financeiro. Tal situação fará com que Portugal tenha muito mais dificuldade em sair da crise do que os demais países europeus. Porque, apesar das dívidas cronicamente elevadas de Bélgica, Grécia e Itália e ainda a de França, todos os demais países da zona euro têm uma dívida pública relativamente mais baixa.

O elevado endividamento do Estado, aliado ao das empresas e das famílias, vai provocar uma situação de escassez de capitais tão necessários ao relançamento económico, para além de poder redundar numa nova apreciação dos 'spreads' internacionais dirigidos à economia portuguesa. Para além disso, quanto maior for a dívida, maior será o valor que o Estado terá de pagar pelos juros dessa dívida, sobretudo quando a descida das taxas se inverter, como se prevê, a partir do final deste ano. Assim, este parece ser o maior quebra-cabeças da economia portuguesa.

Os dados oficiais do quadro seguinte mostram que os ritmos de crescimento económico tanto na União Europeia como em Portugal são preocupantes quando os comparamos com o crescimento médio da Economia Mundial.

Evolução do saldo orçamental e da dívida pública na União Europeia

De acordo com a segunda notificação do Procedimento dos Défices Excessivos de 2009, os valores do défice orçamental e da dívida pública dos países pertencentes à União Europeia (UE) e à área do euro aumentaram significativamente em 2008 quando comparados com os valores de 2007. Contudo, a evolução recente do défice e da dívida tem de ser analisada no contexto da crise financeira e económica iniciada no 2.º semestre de 2008.

Em 2008, o défice orçamental em percentagem do PIB aumentou 1,5 p.p. para a UE e 1,4 p.p. para a área do euro. No que respeita à dívida pública, registaram-se subidas de 2,8 p.p. e 3,3 p.p. na UE e na área do euro, respectivamente (Quadro 1). Para 2009, as estimativas de Novembro da Comissão Europeia apontam para deteriorações mais acentuadas das posições orçamentais na UE.

Esta evolução é quase generalizada, sendo que, em 2008, os únicos países que não registaram uma deterioração nas finanças públicas foram a Áustria, a Hungria e a Bulgária, com acréscimos no saldo orçamental de 0,2 p.p., 1,2 p.p. e 1,7 p.p., respectivamente. Apenas sete dos países que constituem a UE apresentaram excedentes orçamentais: Bulgária, Dinamarca, Chipre, Luxemburgo, Países Baixos, Finlândia e Suécia. Pelo contrário, isto é, em situação de défice orçamental, encontra-se a maioria dos Estados-Membros, onde Irlanda, Espanha, Estónia, Reino Unido e Grécia se encontram no grupo de países onde se registaram os maiores acréscimos. Portugal apresentou uma subida do défice orçamental de apenas 0.1 p.p. do PIB.

No que respeita à dívida pública, também se registaram acréscimos significativos quer devido ao aumento das necessidades de financiamento quer ao menor crescimento nominal do PIB. No final de 2008, os Estados-Membros que registaram rácios em percentagem do PIB mais elevados, acima do valor de referência foram: Itália, Grécia, Bélgica, Hungria, França, Portugal e Alemanha.

Note-se ainda que, comparando esta notificação do Procedimento de Défices Excessivos com a 1.ª notificação do ano (Março 2009), verifica-se uma revisão em baixa para os valores para os saldos orçamentais em relação ao PIB e em alta para os rácios da dívida pública na maior parte dos países da UE.

Ajustamento de passagem do défice à variação da dívida

O ajustamento *stock-flow* consiste na diferença entre a variação da dívida pública e o défice orçamental para um dado período, revelando-se um indicador estatístico eficiente para monitorizar a performance orçamental. Valores positivos nos ajustamentos representam aumentos da dívida superiores ao défice orçamental, enquanto valores negativos traduzem défices orçamentais mais elevados do que a variação da dívida pública. Estas diferenças podem ser explicadas pela aquisição líquida de activos financeiros por parte das Administrações Públicas, operações em créditos comerciais ou diferenças de valorização entre as operações que afectam o défice e a dívida pública.

Os dados do quadro seguinte, que são do Eurostat, mostram a dimensão atingida pelo défice comercial de Portugal, que é também uma consequência e um indicador da falta crescente de competitividade da maioria das empresas portuguesas.

É evidente que só com uma importante intervenção do Estado é que a situação de uma parte importante das empresas poderá mudar. Mas isso nunca será realizado se não existir uma Administração Pública qualificada, eficiente e motivada. E é evidente que tudo isto não é possível com o violento ataque desencadeado pelo governo contra a Administração Pública e os seus trabalhadores.

Fontes:

<http://economia.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1378808&idCanal=57>

<http://resistir.info/>

<http://www.jornaldenegocios.pt/index.php?template=SHOWNEWS&id=361442>

2.3.2

O que significa Pacto de Estabilidade e Crescimento (ou PEC)?

PEC é um acordo entre os países da União Europeia, consubstanciado nos artigos 99º e 104º do Tratado de Roma, foi adoptado para evitar que políticas fiscais irresponsáveis tivessem efeitos nocivos sobre o crescimento e a estabilidade macroeconómica dos países da União Europeia, em particular aqueles que adoptaram o Euro como sua moeda.

De acordo com o PEC, todos os países da União Europeia devem apresentar regularmente programas de estabilidade ou programas de convergência (aqueles para os países que fazem parte da área do euro, estes para os que ainda não adoptaram o euro), devem respeitar os objectivos macroeconómicos contidos nesses programas e devem evitar défices públicos superiores a 3% do PIB, bem como valores da dívida pública superiores a 60% do PIB (valores do PIB a preços de mercado). Défices superiores àquele valor podem levar a sanções, incluindo pagamento de multas.

O que significa défice orçamental?

O défice orçamental é a diferença entre as receitas e despesas de um dado período de tempo (normalmente um ano) e há-de sempre corresponder ao aumento da dívida pública (total da dívida que os Estado tem para com terceiros), embora se relacionem correspondem a valores bastante diferentes.

Défice (ou DEF) é dado por :

$$G+rB-T$$

G= despesas públicas excepto o serviço da dívida pública

B= Dívida pública

r= a taxa de juros da dívida pública

T= as receitas públicas excluindo empréstimos

Quais os valores de referência do défice orçamental excessivo?

- 3% para a relação entre o défice orçamental programado ou verificado e o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado
- 60% para a relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB) a preços de mercado.

Quais as acções previstas em caso de incumprimento das recomendações?

Se um Estado Membro persistir em não pôr em prática as recomendações do Conselho, este pode decidir aplicar, ou eventualmente intensificar, uma ou mais das seguintes medidas:

- Exigir que o Estado-Membro em causa divulgue informações complementares, a determinar pelo Conselho, antes de emitir obrigações e títulos;
- Convidar o Banco Europeu de Investimento a reconsiderar a sua política de empréstimos em relação ao Estado-Membro em causa;
- Exigir do Estado-Membro em causa a constituição, junto da Comunidade, de um depósito não remunerado de montante apropriado, até que, na opinião do Conselho, o défice excessivo tenha sido corrigido;
- Impor multas de importância apropriada.

Fontes:

http://pt.wikipedia.org/wiki/Pacto_de_Estabilidade_e_Crescimento

http://europa.eu/scadplus/glossary/democratic_deficit_pt.htm

http://pascal.iseg.utl.pt/~elmano/macro1/mac_4nov_03.pdf

http://ec.europa.eu/portugal/imprensa/question/defice_excessivo_pt.htm#top

2.4

Taxa de natalidade das empresas

Quando se fala de taxa de natalidade das empresas deve-se entender o número de empresas que são criadas num determinado país no espaço de um ano. Focando-se na realidade da união europeia e mais concretamente em Portugal, se for registado num determinado ano uma elevada taxa de natalidade, esse facto será um indicador importante para a avaliação dos objectivos fixados no Conselho Europeu de Lisboa de 2000, que tem como objectivo uma estratégia para a União tendo em vista reforçar o emprego, a reforma económica e a coesão social no âmbito de uma economia baseada no conhecimento.

Demografia das empresas		
Taxa de natalidade de empresas		
País	1998	2000
Bélgica	-	7,04
Dinamarca	10,07	9,98
Espanha	9,73	9,65
Finlândia	8,49	7,27
Itália	11,38	7,76
Luxemburgo	13,09	11,45
Países Baixos	-	9,45
Portugal	9,45	7,58
Reino Unido	9,12	8,92
Suécia	-	7,03

Evolução da demografia das empresas na UE entre 1998 e 2000

Notamos que houve um decréscimo no número de empresas em todos os países e que o caso português não foi o que caiu mais. Passou-se de 9,45% para 7,58. Mesmo assim, no ano de 2009 e em altura de crise económica, Portugal encontra-se no vigésimo primeiro lugar no ranking mundial na criação de empresas dentro da população activa.

A criação de empresas não resulta apenas do ciclo económico e das perspectivas dos agentes económicos, mas também de factores institucionais, que incluem o enquadramento legal da actividade económica, o desenvolvimento do sistema financeiro, o funcionamento do sistema de justiça ou a legislação laboral. Este conjunto de factores determina não só os custos inerentes ao arranque de novas unidades produtivas, mas também o seu desenvolvimento, no sentido de alcançarem as dimensões adequadas ao sector de actividade em que se inserem, o que constitui uma condição indispensável para a sua sobrevivência.

Movimento demográfico das empresas

- *Em 2007, surgiram 167 473 novas empresas em Portugal;*
- *Cerca de 73% das empresas nascidas em 2006 sobreviveram em 2007;*
- *O sector dos Serviços foi aquele que, entre 2004-2007, evidenciou o maior dinamismo empresarial, patente nas maiores taxas de natalidade e de mortalidade das empresas;*
- *O sector da Indústria foi o sector que evidenciou as maiores taxas de permanência no mercado no final do primeiro ano;*
- *Em 2006, Portugal foi o país com a terceira maior taxa de natalidade (14,2%), de entre os 16 países com informação disponível.*

Em 2007, existiam em Portugal quase 1,2 milhões de empresas não financeiras, nas quais prestavam serviço 3,8 milhões de pessoas e que registaram, no total, um volume de negócios da ordem dos 354 305 milhões de euros. Mais de 68% do sector empresarial era composto por empresas individuais (empresários em nome individual e trabalhadores independentes). As sociedades, embora com um peso de apenas 31,8% no total de empresas, empregavam 77,2% das pessoas ao serviço na economia e representavam 94,1% do volume de negócios gerado pelo sector empresarial não financeiro neste ano.

Principais variáveis por sectores de actividade económica, 2007

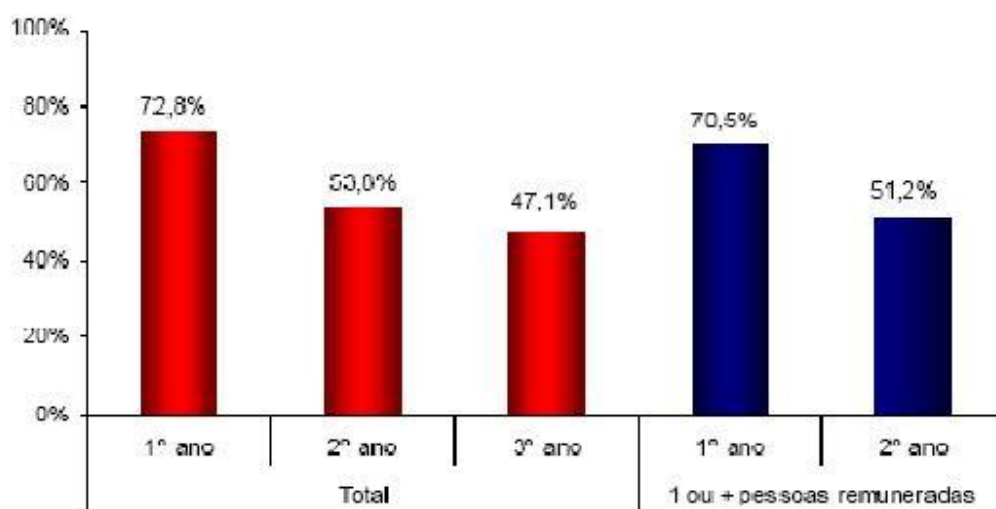
Sectores de actividade económica	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume de Negócios	Índice de concentração sectorial
	N.º		10 ³ Eur	
Total	1 101 681	3 831 034	354 305 174	13,32
Indústria	102 055	870 149	100 729 854	115,83
Construção	122 487	514 514	33 203 599	16,80
Comércio	299 115	871 289	136 170 999	16,36
Serviços	578 024	1 575 082	84 200 722	24,63

Criação de empresas e sua sobrevivência:

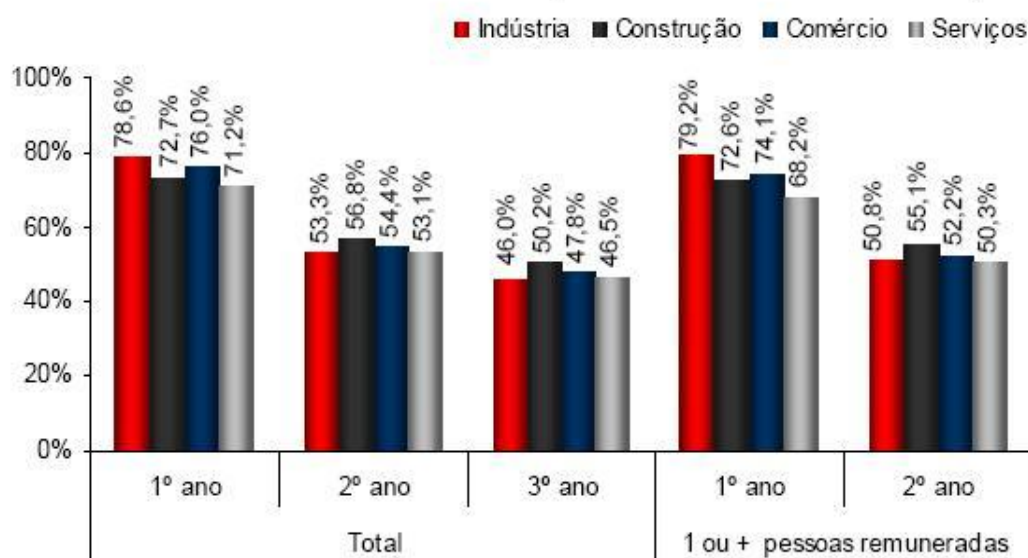


No gráfico acima, podemos ver que no ano de 2007 nasceram maioritariamente empresas no sector dos serviços (17,7%) seguido de empresas no ramo da construção, comércio e por fim da indústria (9,7%). Tudo isso representa um número de 167 473 novas empresas naquele mesmo ano. Para estes comportamentos contribuíram essencialmente os custos de entrada no mercado: mais elevados nas unidades que pretendem entrar nas actividades da Indústria do que nas unidades que pretendem iniciar actividade nos Serviços. **Cerca de 30% dos nascimentos não sobrevive no final do 1º ano.** A análise da sobrevivência é um primeiro indicador do desempenho das novas empresas. Observa-se que, no fim do primeiro ano de vida, mais de 70% das empresas sobrevive e permanece no mercado.

Taxas de Sobrevivência dos nascimentos reais, 2007

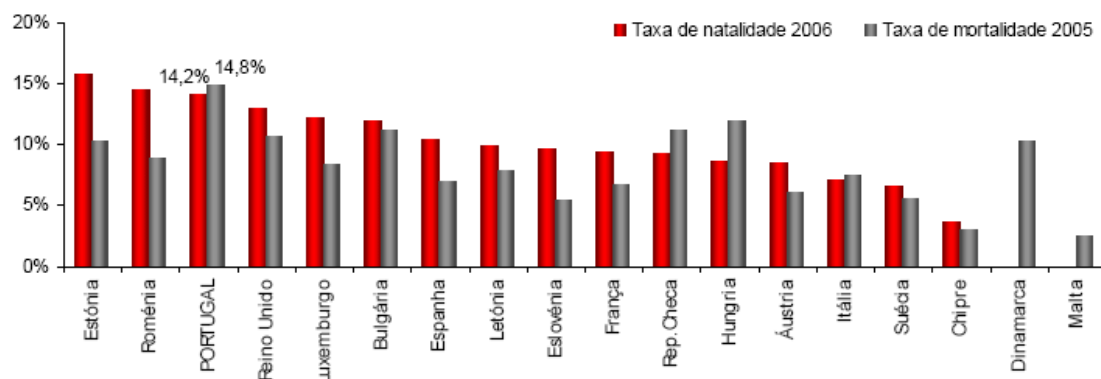


Taxas de Sobrevivência dos nascimentos reais por sector de actividade económica, 2007



PORTUGAL NO CONTEXTO DA UNIÃO EUROPEIA

Taxas de Natalidade e de Mortalidade (total de empresas) por país da União Europeia, 2005–2006



Observa-se que Portugal foi o país com a terceira maior taxa de natalidade em 2006 (14,2%), de entre os 16 países com informação disponível. Os lugares cimeiros foram ocupados pela Estónia e Roménia com taxas de criação de novas empresas de 15,9% e 14,6%.

Relativamente às taxas de mortalidade para 2005, Portugal foi, no conjunto dos 18 países com informação disponível, o que registou a maior taxa (14,8%).

Fontes:

Relatório de Lisboa.

http://www.consilium.europa.eu/ueDocs/cms_Data/docs/pressData/pt/ec/00100-r1.p0.htm

<http://alea-estp.ine.pt/Html/actual/html/act53.html>

<http://sitecon.free.fr/creatent.htm>

www.wikipedia.com

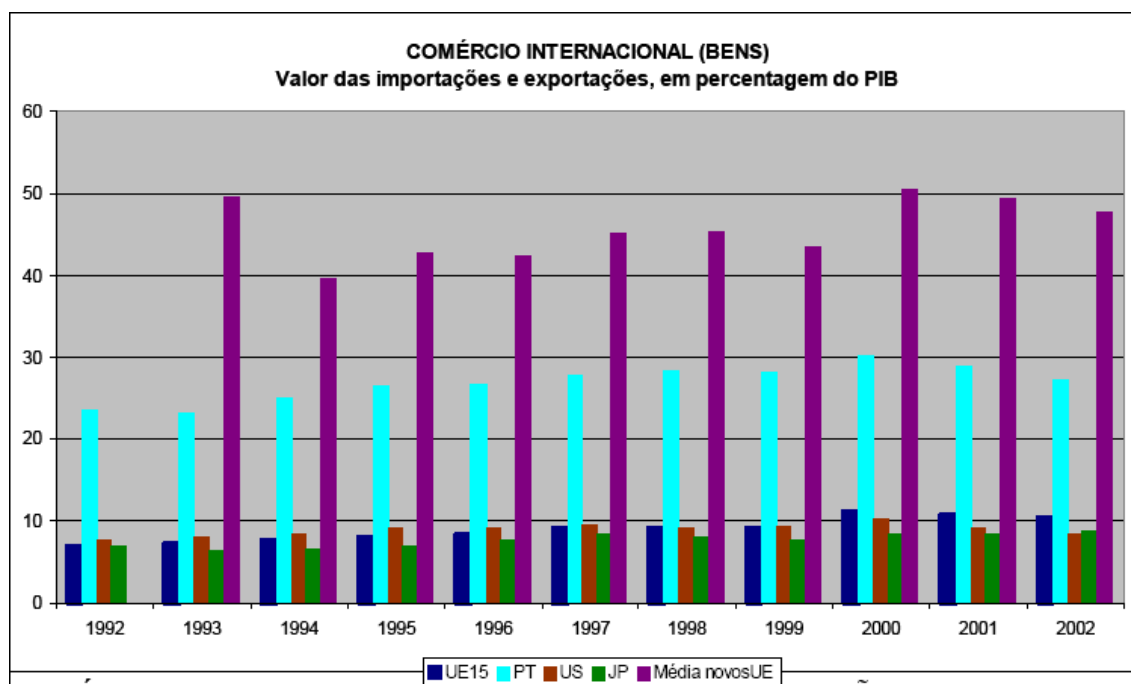
2.5

Comércio Internacional

Primeira potência comercial do mundo, a União Europeia representa 20% do volume total das importações e das exportações a nível mundial. Há 50 anos, o comércio livre entre os seus países membros lançou as bases da União Europeia. A União Europeia continua, pois, interessada na liberalização do comércio mundial, tanto no interesse dos países ricos como dos países pobres.

Portugal tem apresentado a nível de transacções internacionais de bens um grau de abertura muito superior à média da UE dos 15. Assim, enquanto as transacções fronteiriças em bens representam para Portugal mais de 25% do PIB no conjunto da comunidade esse valor só ultrapassa os 10% do respectivo PIB a partir de 2000.

Apenas em 1995 é que Portugal integrou no grupo dos três países com maior integração no mercado de bens tendo-se situado no meio da tabela nos restantes anos.



Os EUA e o Japão apresentam níveis de integração no mercado global de bens semelhante ao da UE dos 15, no entanto a UE tem apresentado valores de rácio mais elevados.

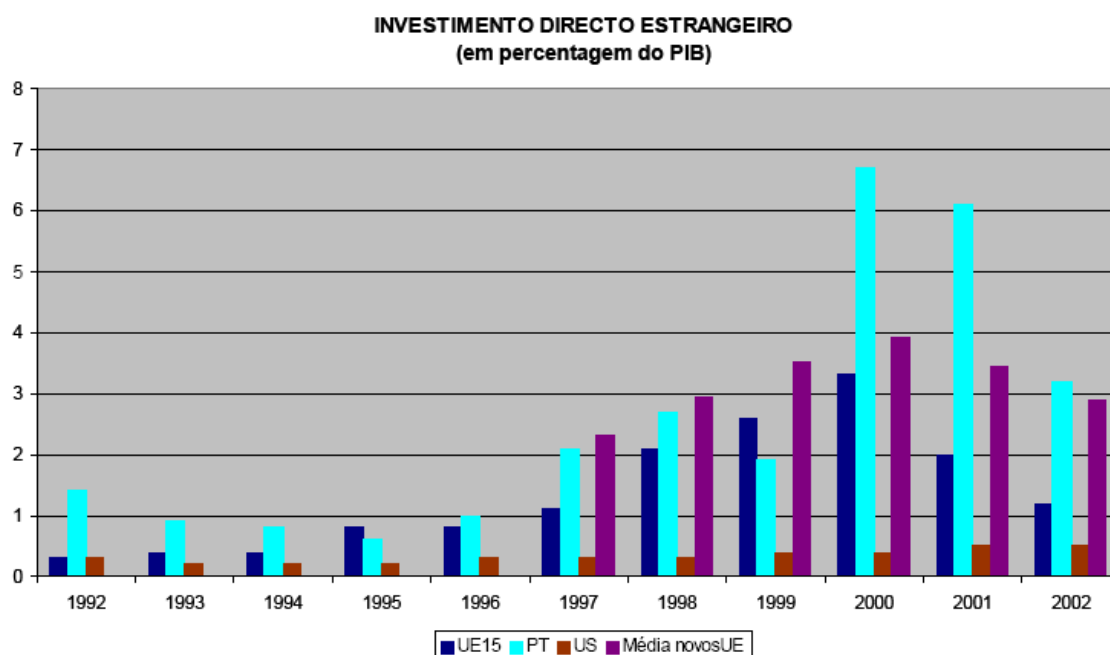
Nos serviços o valor das trocas internacionais representa uma menor parte do PIB.

Contudo, Portugal tem um rácio mais elevado que o conjunto da UE dos 15. Enquanto, em caso nacional o valor situa-se acima dos 6,5%, no caso da UE não atinge os 4%. No

que diz respeito à posição relativa ocupada por Portugal na integração do mercado de serviços é relevante reparar na existência de um número superior de países com maior grau de integração, comparando à situação de bens.

Os novos países da UE apresentam valores significativamente mais elevados que Portugal situando-se a média dos seus valores normalmente acima dos 12%. Nestes valores integram-se o Chipre e a Estónia com valores superiores a 25% e a Polónia a decair-se por aproximadamente 5% em 2002.

Entretanto, os EUA e o Japão têm valores próximos neste indicador e a um nível inferior ao registado na UE dos 15.



As trocas comerciais incentivam o crescimento mundial em benefício de todos. Os consumidores têm ao seu dispor uma gama mais vasta de produtos. A concorrência com os produtos importados faz baixar os preços e aumentar a qualidade dos produtos. A liberalização do comércio permite que as empresas europeias mais eficazes operem em condições de concorrência leal com empresas rivais de outros países. Para ajudar os países em desenvolvimento, a União Europeia está disposta a abrir-lhes o seu mercado, mesmo se esses países não puderem oferecer-lhe condições semelhantes.

A União Europeia tem sido um protagonista fundamental nas rondas de negociações internacionais para a liberalização do comércio. A última destas rondas de negociações, denominada Ronda de Desenvolvimento de Doha (Doha Round), foi lançada em 2001. Estas negociações, actualmente realizadas no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC), têm como objectivo reduzir os direitos aduaneiros e suprimir outros entraves ao comércio mundial. Na sequência dos anteriores ciclos de negociações, o nível médio dos direitos aplicados às importações de produtos industriais para a União Europeia diminuiu para 4%, um dos níveis mais baixos do mundo.

A política comercial da União Europeia está estreitamente associada à sua política de desenvolvimento. A União Europeia autoriza o acesso ao seu mercado com isenção de direitos aduaneiros ou um acesso preferencial com taxa reduzida à maior parte das importações originárias dos países em desenvolvimento no âmbito do seu Sistema de Preferências Generalizadas (SPG). No caso dos 49 países mais pobres do mundo, a União Europeia ainda vai mais longe, pois permite que todas as suas exportações (com excepção de armamento) entrem no seu mercado sem pagar direitos.

A União Europeia desenvolveu uma nova estratégia em matéria de comércio e de desenvolvimento com os 78 países parceiros do grupo ACP (África-Caraíbas-Pacífico), que tem como objectivo integrá-los na economia mundial. A União Europeia concluiu igualmente com a África do Sul um acordo comercial que conduzirá à liberalização das trocas comerciais e está a negociar um acordo de comércio livre com os seis países membros do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), isto é, o Barain, o Kuwait, Omã, o Qatar, a Arábia Saudita e os Emirados Árabes Unidos. A União Europeia concluiu acordos com o México e o Chile e está a tentar negociar um acordo destinado a liberalizar as trocas comerciais com o Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai).

Em contrapartida, não celebrou acordos comerciais específicos com nenhum dos seus principais parceiros comerciais entre os países desenvolvidos, nomeadamente os Estados Unidos e o Japão. Com estes países, as relações comerciais são geridas através dos mecanismos da OMC, embora a União Europeia tenha celebrado com ambos um grande número de acordos relativos a sectores específicos.

Fontes:

<http://www.tecnet.pt/portugal/18103.html>

<http://www.portaldaempresa.pt/CVE/pt/AreasdeInteresse/ComercioInternacional/>

2.6

Investimento Directo Estrangeiro – IDE

Em termos académicos o IDE mede a capacidade de um determinado país absorver, captar e atrair o interesse de uma empresa X (multinacional), investir nesse país. Para o efeito, normalmente são criadas condições atractivas, nomeadamente:

- A mão-de-obra: abundante, barata e capaz de aprender e assimilar uma determinada função;
- O regime fiscal: baixos impostos e capacidade de atrair o investimento, como por exemplo a atribuição de terrenos para construção de pavilhões e a isenção dos impostos municipais sobre os mesmos.
- As taxas de juros: academicamente prova-se que existe uma relação inversa entre o investimento e a baixa da taxa de juros. Isto faz sentido, sabemos que quanto mais baixo forem as taxas maior é a capacidade da própria empresa se poder financiar na banca, logo, há mais propensão ao investimento. O inverso também se prova. Quanto maior for o preço do dinheiro (taxas de juros altas) menos é a capacidade de se financiar. Terá que pagar mais pela mesma importância.
- A capacidade de esse mesmo país criar condições para absorver a produção.

Quando uma empresa faz um projecto de investimento tem sempre como finalidade a maximização do lucro. Assim para este efeito uma empresa tem em conta a estabilidade política desse país, a evolução económica e financeira do mesmo.

Em Portugal temos várias empresas que mostram e ilustram bem o que é o IDE. Tanto em termos positivos como em termos negativos.

O IDE em Portugal teve o seu auge durante a década de oitenta. Portugal possuía um cabaz muito interessante para a atracção do investimento: mão-de-obra barata; regime fiscal competitivo, moeda flexível apesar da alta inflação que se verificava (+/- 20 %).

O IDE foi forte no sector têxtil, componentes automóveis e cablagens. Temos a região do AVE que mostra bem esse investimento no têxtil. E temos empresas com tecnologia de ponta: a AutoEuropa (automóveis) e a Quimonda (componente electrónica). Também Delfi (cablagens).

Quando se verifica o cabaz atrás descrito o IDE funciona bem. Mas quando o mesmo se começa a alterar, aumento da mão-de-obra, o aumento de impostos, a flutuação da moeda, essas empresas tendem a investir noutros países mais acessíveis, Europa de leste, Ásia e Pacífico. Essa é a razão de muitas empresas multinacionais estarem a fechar em Portugal para investirem noutros países. O caso da Delfi, a Suzuki, etc.

O investimento directo estrangeiro criou 3448 postos de trabalho em Portugal no ano passado. Menos 597 do que em 2007. Segue assim a tendência da Europa, onde o anúncio de projectos caiu, em termos homólogos, 8% no primeiro trimestre deste ano.

A situação é particularmente difícil para Portugal, porque, além dos efeitos da crise financeira, mantém-se uma incapacidade, “a médio prazo”, em importar investimentos em indústrias de crescimento rápido, como são as áreas de produção de software e da saúde.

Para melhor perceber o IDE, recorremos ao exemplo da Autoeuropa:

AUTOEUROPA

- **Localização** Concelho de Palmela, Distrito de Setúbal

- **Emprego – ano 2007**

VW autoeuropa	2 990
Fornecedores Parque Industrial	2 350
Fornecedores Região	3 750

- **Fornecedores**

Total	724
Europeus	712
Não Europeus	12

- **Emprego – ano 2008**

Directos	3 028
Parque Industrial e Serviços	2 400
Fornecedores na Zona (estimado)	3 790

Recorrendo a dados estimativos fornecidos pelo Gabinete de Relações Públicas e Assuntos Governamentais, podemos constatar que:

O volume de Vendas (milhões €) em 2007 foi de 1.617 e em 2008 foi de 1.553, o Impacto nas Exportações Nacionais em 2007 foi de 4% e em 2008 foi de 3.37%, a Produção para Exportação em 2007 foi de 98.5% e em 2008 foi de 98.6% e finalmente, a Produção para Mercado Nacional em 2007 foi de 1,5% e em 2008 foi de 1,4%.

Fontes:

<http://economia.publico.clix.pt/noticia.aspx?id=1380687>

www.Autoeuropa.pt

<http://web.ccdr-alg.pt/sids/indweb/indicador.asp?idl=150&idt=20>

—